

## RESISTÊNCIA SOCIOAMBIENTAL: OUTRA DIMENSÃO DA ATIVIDADE CAMPONESA

**Valdir Specian**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí – UFJ e Professor de Geografia da Universidade Estadual de Goiás  
[vspecian@gmail.com](mailto:vspecian@gmail.com)

**Eguimar Felício Chaveiro**

Pesquisador dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí – UFJ e Universidade Federal de Goiás IESA/UFJ  
[eguimar@hotmail.com](mailto:eguimar@hotmail.com)

### RESUMO

Objetivou-se com o presente trabalho discutir o uso do termo “resistência” nos trabalhos associados à questão agrária no Brasil e na América Latina que tratam da ação camponesa, incluindo reflexões sobre comunidades tradicionais, sobretudo no Cerrado. Pretende-se, então, compreender o modo pelo qual os sujeitos estabelecem relações sociais e ambientais de seu cotidiano. A orientação metodológica parte da análise de artigos, dissertações e teses publicados na área de Geografia Agrária e Ciências Humanas. A abordagem teórica pauta-se nos princípios da Geografia Ambiental e da Ecologia Política. Os resultados apontam que é possível conceber outra dimensão conceitual na relação estabelecida entre os camponeses enquanto classe social e a participação deles no contexto ambiental, pois praticam o que será defendido como Resistência Socioambiental.

**Palavras-Chaves:** Cerrado. Camponeses. Assentamentos. Reforma Agrária.

### SOCIO-ENVIRONMENTAL RESISTANCE: ANOTHER DIMENSION OF PEASANT ACTIVITY

#### ABSTRACT

The objective of this study was to discuss the use of the term “resistance” in works associated with the agrarian issue in Brazil and Latin America that deal with peasant action, including reflections on traditional communities, especially in the Cerrado. It is intended, then, to understand the way in which the subjects establish social and environmental relations in their daily lives. The methodological orientation starts from the analysis of articles, dissertations and theses published in the area of Agrarian Geography and Human Sciences. The theoretical approach is based on the principles of Environmental Geography and Political Ecology. The results show that it is possible to conceive another conceptual dimension in the relationship established between the peasants as a social class and their participation in the environmental context, as they practice what will be defended as Socio-Environmental Resistance.

**Keywords:** Cerrado. Peasants. Settlements. Land Reform.

## INTRODUÇÃO

Malditas sejam todas as cercas!  
Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e amar!  
Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos para ampararem  
cercas e bois e fazer a Terra, escrava e escravos os humanos!  
Outra é a Terra nossa, homens, todos!  
A humana Terra livre, irmãos!  
(Dom Pedro Casaldáliga, 1978).

Os Versos citados de Dom Pedro Casaldáliga (1978)<sup>1</sup> retratam uma marca importante do movimento camponês no Brasil. Os versos impressos na capa de um disco em plena período da ditadura militar no Brasil apresentam a necessidade de resistir. A resistência camponesa perpassa a história recente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da qual Casaldáliga foi um grande líder.

O objetivo deste artigo é o de promover a discussão sobre o uso do termo (conceito) resistência no debate da questão agrária no Brasil e na América Latina; e juntar outro conceito ao primeiro - socioambiental. A justificativa é que, resistência, sozinho, não é suficiente para dimensionar o papel do campesinato no contexto da vida nacional enquanto classe social. A tese é que existe uma condição maior do que uma “simples” resistência, o que defendemos é que persevera uma Resistência Socioambiental em comunidades rurais que optaram ou não pela produção sustentável voltada à agroecologia. O termo resistência já é uma marca dos movimentos camponeses. O artigo se apoia na pesquisa bibliográfica e na avaliação de experiências apresentadas por camponeses em assentamentos de reforma agrária para articular a narrativa proposta.

A base teórica que orienta a reflexão é a perspectiva da Geografia Ambiental (SOUZA, 2018) e a concepção de que o conhecimento produzido pelos camponeses deve ser valorizado e incorporado nas discussões acadêmicas. O Território (RAFFESTIN, 1993) é o conceito geográfico utilizado para o entendimento das relações entre camponeses e os grandes proprietários de terra, representantes do agronegócio na área core de estudo – o Cerrado goiano. A relação do camponês com a terra, o bioma onde moram (Cerrado) e a construção de uma resistência socioambiental, que será tratada adiante, são pautadas, também, no conceito de lugar (MARQUES, 2008).

O artigo está organizado em três tópicos. No primeiro refletir-se-á o termo “resistência” – usado em inúmeros trabalhos científicos que tratam da questão agrária, campesinato, remanescente de quilombos, conflitos pela água e pela ação da atividade mineradora, entre outros. O termo é usado tanto nos trabalhos de língua portuguesa, quanto na língua espanhola. O uso do análogo termo em diferentes idiomas permitiu a sua maior difusão. Defendemos que resistência, sozinha, não consegue mensurar a importância dos camponeses, principalmente os do Cerrado.

O segundo tópico irá tratar do conceito socioambiental<sup>2</sup>, indicador fundamental para as discussões dos problemas ambientais e sociais do cotidiano. O termo é usado por diversos segmentos da sociedade e por diferentes áreas do saber, por isso vamos apresentá-lo no contexto da Geografia, sobretudo da vertente de pensamento intitulada Geografia Ambiental. O direcionamento, apesar de pouco aprofundando, é voltado ao Cerrado e à sua ocupação por camponeses que podem produzir uma autêntica resistência socioambiental.

O terceiro e último tópico apresentará a junção dos dois termos: **resistência e socioambiental**. A resistência socioambiental é uma tentativa de designar uma expressão que matiza a importância e a representação das atividades dos camponeses que, no Cerrado, são capazes de produzir alimentos de qualidade, livre de agrotóxicos e, ainda, fomentam condições para produzir com proteção/renovação da natureza. A resistência é travada nesse cotidiano, em particular, na luta com o entorno – constituído pelas atividades do agronegócio, latifúndio, monocultura, uso excessivo do solo e da água disponível.

Além das discussões teóricas sobre a construção e uso de um novo conceito para representação da prática do campesinato, os exemplos utilizados para defender a tese em questão apoiam-se nas experiências de camponeses assentados nos Projetos de Assentamento (PA) da Região Oeste de Goiás, sobretudo os PAs Padre Nilo (Ipora/GO) e Padre Ilgo (Caiapônia/GO).

---

<sup>1</sup> Os Versos aqui apresentados foram retirados da Capa do LP Lamento Nativo (1982). Originalmente estes versos, que são parte de um poema, foram publicados no livro Antologia Retirante de Dom Pedro Casaldáliga (1978). O Bispo faleceu no momento que escrevíamos este artigo (08 de agosto de 2020).

<sup>2</sup> Usamos o termo Socioambiental – sem bem que poderíamos usar “apenas” Ambiental, conforme defesa de Souza (2019a). Mas, o “socioambiental” no contexto atual nos parece capaz de receber um holofote maior para aquilo que realmente queremos analisar, a defesa da vida – como um todo. Ainda que retratado nesta aparente separação sociedade e natureza.

## RESISTÊNCIA: PALAVRA CHAVE PARA OS ACAMPADOS E ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

O termo resistência está entre os mais usados em artigos/teses e dissertações que tratam da condição do camponês que vive da terra na condição de pequenos proprietários, assentados, meeiros, posseiros e/ou acampados que produzem nas margens de rodovias na espera da sonhada terra. Ainda que haja diferença conceitual entre essas categorias de trabalhadores no campo, vale dizer que há algo em comum: trata-se de trabalhadores que desenvolvem atividades agrícolas fora dos quesitos da agricultura comercial dominante.

Convém reconhecer que existem críticas ao uso do termo como indicador das condições de luta do camponeses. Estar acampado e/ou assentado, tentando produzir sem nenhum tipo de apoio e, ainda, sofrendo a violência dos aparelhos do estado ou grupos associados é de fato uma condição de resistência. Por isso, entendemos que é necessário aprofundar o estudo da condição do camponês e, sobretudo, dos serviços sociais e ambientais que essa classe presta a sociedade brasileira – que vai muito além da resistência.

A busca do termo resistência nas plataformas de acesso a artigos científicos vem, via de regra, associado a conflitos – a resistência socioambiental, como exemplo, é uma expressão de fundo para discutir os conflitos existentes no território. Neste artigo não temos como enfoque apresentar mais uma contribuição nesse sentido, isto é, apresentar uma nova discussão sobre conflitos. O objetivo aqui, é, ao contrário, endossar que os camponeses têm, em alguma medida, permitido manter/conservar condições socioambientais aos trabalhadores do Brasil, entendendo que não só existe uma dimensão de conflito, mas contribuições ambientais, produtivas e culturais, envolvendo os seus modos de vida. Essa condição é importante no tempo em que se vive uma pandemia provocada pelo Covid-19<sup>3</sup> e que traz consequências para a sociedade e um questionamento sobre o sistema vigente.

*Resistência* é definida pelo dicionário como:

Ação ou efeito de resistir, de não ceder nem sucumbir. Recusa de submissão à vontade de outrem; oposição: projeto foi aprovado apesar da resistência de alguns. Tendência para suportar dificuldades, como doenças, fome, grandes esforços: atleta de muita resistência. Qualidade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo. (DICIO, 2020)<sup>4</sup>.

Excetuando a ideia de recusa de submissão, o termo no dicionário pouco consegue estabelecer paralelo com a condição dos camponeses. Em sua Tese de Doutorado, o Professor Edson Batista da Silva<sup>5</sup> apresenta uma alternativa ao uso do termo resistência, considerando que o termo não é capaz de abarcar a dimensão de vida do campesinato goiano. O autor apresenta logo no resumo do trabalho, “o termo resistência, de matiz conservador, empobrece as contra hegemonias em movimento.” (SILVA, 2018, p. 11). Ainda no resumo e ao longo texto o autor apresenta um novo termo que, segundo ele, melhor se aplica a condição do camponês - a *dissidência*.

Nos interstícios, nas escalas reduzidas, transitórias o novo em construção revelam dissidências, práticas espaciais insurgentes, formadoras de territórios dissidentes. A cisão se revela, por exemplo, nos fazeres, saberes, experimentos e sabores da agroecologia. (SILVA, 2018, p. 11)

Na tese estão apresentados os contrapontos entre “resistência e dissidência” e conclui que:

Há em marcha uma dissidência, não apenas uma resistência “conservadora.” As sublevações escapam à dimensão do não perder, do manter-se e reproduzir-se do mesmo modo. Existe algo a mais no horizonte não revelado pela aparência. (SILVA, 2018, p. 461).

A crítica apresentada pelo autor (SILVA, 2018, p. 11 e 461) ao uso do termo resistência e a apresentação da “dissidência” como um termo que melhor se aproxima da ação do campesinato contribuem para questionar o primeiro termo utilizado em inúmeros artigos publicados, conforme se

<sup>3</sup> No momento da redação desse manuscrito estávamos vivendo o avanço da pandemia provocada pelo novo Corona Vírus que colocou em cheque os sistemas econômicos e a sua capacidade de atender a demandas urgentes da população em todo mundo.

<sup>4</sup> Dicionário Online de Português – DICIO. Acesso através do site: <https://www.dicio.com.br/>

<sup>5</sup> Cercados e a Contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015). Tese de doutorado defendida em 2018.

verá na sequência. Nessa construção defendemos que um único termo não dimensiona o trabalho nos assentamentos rurais da reforma agrária e/ou na agricultura praticada pelos trabalhadores do campo em pequenas propriedades que cuidam de diversificar a produção; cuidam também da manutenção da qualidade dos alimentos produzidos e, conjuntamente, se incumbem da tarefa de conservar seus recursos naturais, condição fundamental para a manutenção da própria vida no campo.

As discussões sobre segurança e soberania alimentar que nunca foram esquecidas e que ganham força nessa época de questionamento do sistema político e econômico vigente e o enfrentamento da pandemia que atinge o planeta permitem um olhar ampliado direcionado ao campo: quais são as dimensões sociais da produção de alimentos saudáveis?; qual a necessidade de recuperação e conservação dos recursos naturais? que capacidade o segmento liberal e neoliberal possuem em oferecer respostas às necessidades dos trabalhadores do Brasil?

Ao olhar a natureza das relações sociais e ambientais em que um assentado é envolvido nos leva a compreender que o processo vai além de **resistência**; e que a expressão dissidência, igualmente, não consegue expressar a amplitude das contribuições dos camponeses aos trabalhadores do Brasil.

Avaliando os artigos publicados na Revista Nera<sup>6</sup>, Origuéla et al (2019) apresenta que o termo resistência está entre as temáticas que se destacam nos artigos científicos publicados pela revista nos últimos vinte anos<sup>7</sup>. Os autores destacam:

Dentre os 433 artigos científicos publicados nesses últimos vinte anos, as temáticas que mais se destacaram de acordo com as palavras-chave elencadas pelos autores dos artigos são agronegócio, reforma agrária, assentamento rural, questão agrária, camponês/campesinato, políticas públicas, MST, **resistência**, educação do campo e agricultura familiar. (ORIGUÉLA, 2019, p. 16, grifo nosso).

Apesar da temática resistência aparecer entre aquelas que se destacaram entre os artigos publicados, ela não vem acompanhada de um adjetivo forte que complementa o verbo resistir e/ou ao substantivo resistência.

Pesquisando os artigos publicados nos últimos 4 (quadros) anos na Revista Nera, o termo resistência aparece como destaque do texto em 81 dos 153 artigos publicados entre os números 35 e 50 (anos de 2017 a 2020), com exceção dos números 38 – Dossiê Moçambique e 42 – Dossiê Amazônia que não foram avaliados.

O termo resistência é utilizado tanto em Língua Portuguesa, quanto em Língua Espanhola, tendo destaque nos artigos sobre a questão agrária/campesinato, publicados nos dois idiomas. Existe uma série de teorias, paradigmas, que trata da permanência ou não dos camponeses na terra. A saída da terra, via de regra, é um processo de expropriação.

O Paradigma da Questão Agrária entende que a questão agrária é estrutural do capitalismo e só será superada com o fim deste modo de produção. A resistência é a marca deste paradigma, o camponês resiste na terra, que é o seu território. (Pereira et al, 2020, p. 11).

O trabalho de Cardoso (2017) discute os conceitos de mobilidade territorial do trabalho e os conflitos inerentes ao seu processo. A pesquisa baseia-se em dois paradigmas: capitalista da mobilidade perfeita (PCMP) e paradigma da questão da mobilidade do trabalho (PQMT). Na discussão do segundo paradigma, o autor apresenta:

De modo geral, há o reconhecimento da estrutura de classe, como mecanismo de exploração, que assegura a desigual repartição do produto social, e de que a mobilidade resulta de transformações nas relações sociais de produção nas áreas de origem e destino, no qual o sujeito social não atua de forma autônoma, mas sim submetido à lógica estrutural do capital. (CARDOSO, 2017, p. 45).

O termo resistência aparece em outros trabalhos, como: Benavides (2020), Simon (2020), Clemente e Cleps Junior (2020). Em Cavalcante (2020), além de resistência é mencionado a vulnerabilidade socioambiental na discussão do territórios ocupados pelo agronegócio no Estado do Ceará. No

---

<sup>6</sup> A Revista NERA é uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária da Universidade Estadual Paulista - UNESP/ Câmpus de Presidente Prudente/SP é um importante periódico da área de Geografia Agrária. Escolhemos a Revista como fonte fundamental da pesquisa para analisar o Termo Resistência associado aos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária.

trabalho Follmann e Roos (2020, p. 218) o destaque é dado à manutenção dos assentamentos rurais na pessoa do jovens, filhos daqueles que conquistaram a terra a mais de 20 anos no interior do estado do Paraná.

A juventude camponesa, portanto, corresponde a relação intrínseca com o campesinato, com o modo de produção e de vida desta classe, cujo ponto principal está centrado na organização do trabalho de base familiar. Da mesma maneira, possui traços estreitos com a terra, compreendida como meio de reprodução para o camponês, a qual é objetivo das reivindicações por reforma agrária. Ser jovem camponês, é reconhecer e fazer parte do vasto histórico de luta e resistência desta classe, diante dos mais diversos conflitos agrários, marcantes na história e na atualidade da questão agrária brasileira (FOLLMANN E ROOS, 2020, p. 221)

Os autores (FOLLMANN E ROOS, 2020) destacam o conflito interno nas relações entre jovens e os adultos no assentamento rurais de reforma agrária.

A ausência de participação juvenil e a falta de espaço para o desempenho de novas atividades ou para o aperfeiçoamento das unidades, reforça o sentimento de negação do estilo de vida camponês. Negação esta, que não parte somente dos jovens, mas também dos próprios pais ao negarem o campo como um espaço futuro para seus filhos. Há uma constante afirmação, em alguns casos, de que a migração para o espaço urbano seria a melhor escolha para os jovens presentes no campo (FOLLMANN E ROOS, 2020, p. 226)

A permanência no campo, objeto de estudo dos pesquisadores (FOLLMANN e ROSS, op cit) é uma questão crucial na discussão da questão agrária e reprodução do campesinato. Entre os assentados da reforma agrária pode se ouvir que entre as metas de maior importância está a busca de inserção dos seus filhos por “melhoria de vida” através do trabalho e moradia nas cidades. “O campo é duro, não quero ter isso para meu filho, uma negação da própria luta para conquistar a terra”. Na prática, conforme discutido anteriormente, o sistema acaba por impor ao camponês e/ou seus filhos a “necessidade” de sair da terra.

Pensar a moradia e o viver no/do campo só é possível com reconhecimento dos direitos dos camponeses, entre os quais, a educação é fundamental. Os jovens nos assentamento de reforma agrária e, em geral, os que vivem no campo são submetidos a longas jornadas de deslocamento para estudar nas cidades. As escolas rurais perderam espaço. Zinet (2015) analisando o Censo Escolar aponta que entre os anos de 2003 e 2014 foram fechadas 36.596 escolas rurais no Brasil e que só entre 2013 e 2014 foram fechadas 4.084 escolas rurais. As escolas que ainda sobrevivem no campo estão em condições péssimas. No PA – Padre Ilgo de Caiapônia a pequena Escola Rural que atende vinte e oito crianças do ensino fundamental do assentamento foi interdita pelas próprias famílias camponesas no início deste ano (2020), antes do fechamento imposto pela pandemia vigente provocada pela COVID 19. Os camponeses denunciaram as péssimas condições do prédio adaptado para a escola (figura 1) e o risco que as crianças estavam submetidas, segundo eles: “chovia mais dentro da salas de aula do que fora e uma fossa desbarrancada colocava em risco as vidas das crianças.”

Além disso, o currículo escolar não atende a diversidade da realidade do morador do campo. Uma educação inclusiva que remeta à condição de classe do campesinato, conforme destaca Silva (2020)

A educação do campo como experiência educativa de **resistência** nega o projeto de educação do agronegócio, propõe outro projeto de campo, por isso, defende a integração político-pedagógica escola/comunidade, o ensino/aprendizagem realizado conforme as necessidades dos homens e das mulheres do campo. (SILVA, 2020, p. 358, grifo nosso).

Para Lima e Sousa (2020, p. 325) “Os movimentos sociais de luta pela terra são territorializados, assim, a partir de ocupações, que aqui entendemos como um movimento de existência e resistência da identidade territorial camponesa.” Para os autores (LIMA e SOUSA, op.cit), o termo resistência vem acompanhado da condição de existência. Existir é ser visto, garantia para que haja reconhecimento do campesinato enquanto classe e dos direitos que precisam obter nas relações sociais e econômicas que são submetidos. A “existência” é uma condição que acolhe inúmeras relações e processos na sociedade e desta com o meio.

Figura 1 – Caiapônia-GO - Escola Rural do Assentamento Padre Ilgo – 2020



Fonte: SPECIAN (2020).

Nos chamou a atenção um artigo publicado no referido número da revista *Nera* (23). O autor apresenta a agroecologia como uma solução para “construção de um modelo”

A abordagem agroecológica é capaz de reconstruir as bases do modelo produtivo a partir de um enfoque transdisciplinar que contribua para superar os impactos ambientais através do redesenho de agroecossistemas em bases ecológicas. (XAVIER et al, 2020, p. 239).

O termo resistência funciona como um “mantra” para a discussão da questão agrária. Considerando que na história dos movimentos sociais do campo, a resistência à opressão é a marca mais forte desses movimentos. Na tese de Vargas Netto (2007) o termo é tratado como “A Mística da Resistência”<sup>7</sup>. O autor (VARGAS NETTO, op cit) discute a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST (Brasil) e o Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN (México) e assinala:

(...) Este processo de resistência social abre a possibilidade da criação (de modos às vezes tortuosos e até mistificadores), para alguns setores mais combativos destas classes subalternas do campo, de uma “cultura de resistência” cujo substrato principal seria a acumulação de saberes socialmente construídos pelos antepassados e pelas gerações atuais e que são uma síntese de vários tempos sociais vividos e sonhados, transportados, (re) significados em conhecimentos e explicações. (VARGAS NETTO, 2007, p. 85).

A premissa da acumulação de saberes socialmente construídos que são incorporados às práticas sociais nos dias atuais contribuem para alavancar a tese de uma maior aproximação sociedade/natureza. O camponês depende da natureza e da sua manutenção como forma de viver. Ele não nega a natureza.

Em Espanhol ou Português o termo Resistência, também, é empregado nos trabalhos que tratam da questão indígena em outros países como na Argentina (campesinos indígenas Qom).

La misma despliega estrategias etnopolíticas para que los indígenas puedan permanecer en esos espacios rurales y mejorar sus condiciones de vida. Esto se traduce en las tomas de tierra, **resistencia** a los desalojos, la conformación de

<sup>7</sup> A Mística da Resistência: cultura, história e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo por Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto em 2007.

práticas productivas de gestión comunitaria, entre otros. (COLLA, 2020, p. 169, grifo nosso).

A resistência nos artigos científicos aparece como uma referência à condição da recusa a submissão em uma batalha em que o camponês se encontra. Na maioria das vezes o opositor é a grande empresa agropecuária, o agrohídronegócio<sup>8</sup>.

Em essência, a garantia da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital, isto é, a água historicamente vinculada ao acionamento dos pivôs-centrais e à irrigação das grandes plantações para exportação, num ritmo de destruição sem limites, como se notabiliza no Cerrado o “sangramento” das veredas e barramento de pequenos cursos d’água, da mesma forma que em praticamente todas as grandes regiões do país, o represamento de rios (reservatórios) para produção de hidroeletricidade. (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 98).

Como descrito, resistência faz referência à questão agrária em geral e, também, à luta das populações originárias, sobressaindo-se, na maioria dos artigos, temas publicados em revistas de diversos países Latino Americanos. As referências usadas na tese estão associadas às publicações dos últimos anos.

Se focarmos nos estudos das obras literárias sobre o estado de Goiás, antes da divisão (Goiás/Tocantins) é possível encontrar a descrição da exploração camponesa por latifundiários em um sertão que se perdia em um horizonte de terra devolutas. Onde, provavelmente, a resistência era também suplica para o livramento através da morte.

Gonçalves (2018) estudando a obra do escritor goiano Bernardo Elis – sobretudo nos contos A Enxada e Moagem – respectivamente publicados em 1966 e 1975 nos livros Veranico de Janeiro e Caminho dos Gerais, aponta que:

O escritor posicionou suas narrativas ao lado da luta pela libertação dos esfarrapados do mundo, camponeses expropriados, trabalhadores sem terra, agregados e meeiros constantemente explorados por coronéis e latifundiários no espaço agrário goiano. A totalidade social, a realidade concreta, os conflitos e as contradições de uma sociedade cindida pela luta de classes compõem em seus contos e romances. Sua narrativa é expressão de um “Goiás profundo”. (GONÇALVES, 2018, p. 341).

O sertão profundo e o Cerrado na obra de Bernardo Elis alimentam a narrativa da resistência camponesa frente ao latifundiário. A literatura ficcional narra de forma inequívoca a sociedade marcada pela divisão de classes. Resistir/Resistência é parte do cotidiano do camponês.

## **DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS NO CERRADO: LUGARES E MORADIAS DOS POVOS CERRADEIROS**

O título apresentado neste segundo tópico traz alguns termos que parpassam toda a pesquisa. Socioambiental – termo que será discutido neste tópico apresenta a correlação entre o Cerrado e as pessoas que vivem neste conjunto de Biomas. O Cerrado é tratado enquanto lugar de moradia, por conseguinte a proposta é fazer uma conexão dos povos cerradeiros ao ambiente onde vivem.

O termo “socioambiental” é timbrado como resistência, por isso usado em diversos artigos acadêmicos. Uma busca rápida do termo na internet permite verificar que seu uso é feito em diferentes correntes políticas e econômicas. Ele é vertente dos neoliberais do Instituto Milenium<sup>9</sup> e aparece como subsídio à discussão sobre a ação de instituições financeiras. É elegante, moderno e

<sup>8</sup> Segundo Thomaz Junior (2017) o conceito de Agrohídronegócio foi cunhado por Mendonça e Mesquita (2007), no texto “O Agrohídronegócio no Cerrado Goiano: Construção das (Re) existências” e após essa primeira apresentação novos significados foram incorporados. O autor assinala que: “a convergência de esforços de pesquisa, com o objetivo de entender de forma articulada a luta pelo acesso à terra (áreas planas, férteis, baratas e com logística compatível) e à água (superficial e subterrânea), além da gestão de recursos hídricos, tem-nos possibilitado abordar a monopolização da terra – com a manutenção/intensificação da trajetória latifundista – e a degradação ambiental e do trabalho, no âmbito do que denominamos agrohídronegócio.” (THOMAZ JUNIOR, 2017, p. 2).

<sup>9</sup> O Instituto Milenium (Imil) foi criado em 2005. Em 2009 o Instituto recebeu a certificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). O Instituto agrega intelectuais, empresários e políticos com perfil neoliberal.

chique falar em defesa e/ou desenvolvimento socioambiental para determinados grupos que representam a maior parte da renda do Brasil..

Neste caso, a defesa do socioambiental tem como referência a proteção do *Status quo* da parcela mais rica da sociedade, enquanto os mais pobres são empurrados para os espaços de maior degradação ambiental. Nas palavras de Souza (2019b) revela-se uma condição de injustiça ambiental.

(...) qualquer processo em que os eventuais malefícios decorrentes da exploração e do uso de recursos e da geração de resíduos indesejáveis sejam sócio-espacialmente distribuídos de forma assimétrica, em função das clivagens de classe e outras hierarquias sociais. (SOUZA, 2019b, p. 130).

Mendonça (2001) discutido a Geografia Socioambiental apresenta a seguinte afirmação:

O envolvimento da sociedade e da natureza nos estudos emanados de problemáticas ambientais, nos quais o natural e o social são concebidos como elementos de um mesmo processo, resultou na construção de uma nova corrente do pensamento geográfico aqui denominada geografia socioambiental. (MENDONÇA, 2001, p. 139).

Usar o termo socioambiental (junto) ou de forma separada sócio-ambiental recebe críticas, pois reduz o ambiente e provoca a separação – sociedade/natureza. Apesar de ser um crítico do uso prefixo “sócio”, Souza (2019) apresenta argumentos que permitem sua utilização.

Por isso é que tantos ativistas e pesquisadores adotam a forma “socioambiental”, deixando claro, com isso, que não estão se referindo ou querendo fazer alusão apenas ao “meio ambiente”, à “natureza primeira”, mas também às relações sociais e às questões que envolvem os grupos humanos e seus problemas. (SOUZA, 2019a, p. 18).

Os grupos sociais formados de trabalhadores possivelmente não está totalmente maduro/capaz de pensar o ambiente como o lócus comum de discussão. Mendonça (2001) na sua apresentação da Geografia Socioambiental fez a defesa do termo em questão (socioambiental) e apesar do artigo ser de duas décadas atrás, há nele uma resposta que ainda pode ser usada para defender a junção do *sócio* com o *ambiente*.

Inserir na abordagem ambiental a perspectiva humana – portanto social, econômica, política e cultural – parece ser um desafio para toda uma geração de intelectuais, cientistas e ambientalistas que se encontram vinculados a tais discussões no presente, e certamente também no futuro próximo. Observa-se assim, na atualidade, diante de tão importante desafio, uma forte tendência à utilização, de forma ampla, do termo *socioambiental*, pois tornou-se muito difícil e insuficiente falar de meio ambiente somente do ponto de vista da natureza quando se pensa na problemática interação sociedade-natureza do presente (...) (MENDONÇA, 2001, p. 117).

Continuando com a crítica de Souza (2019a), o autor questiona se em determinado momento será possível retirar o prefixo “sócio”, querendo com isso dizer que a sociedade passou a entender o ambiente como “um todo” que envolve as relações sociais, muito além da condição da natureza intocada. Ele responde, “oxalá seja possível, um dia, abrir mão completamente do prefixo “socio” sem que se pense, por conta disso, que se está a tomar “ambiente” por “meio ambiente”. Mas esse dia ainda parece distante”. (SOUZA, 2019a, p. 18). Manteremos na discussão a utilização do prefixo “sócio”, apesar das críticas.

E em se tratando de Cerrado seria possível pensar e/ou alocar na discussão um outro termo: sociobiodiversidade. Antes de apresentar o conceito, já defendemos que apesar da importância desse conceito como indicativo da união da diversidade cultural e das espécies (fauna e flora) de um determinado lugar, ele acaba por oferecer um salvo conduto, dizendo que determinados lugares/ambientes podem ser mais ou menos importantes, uma classificação que colocaria em risco algumas culturas/ambientes apontadas como menos diversas. Defendemos a importância de toda a forma de cultura e ambiente/vida. Para a definição de sociobiodiversidade usamos a definição amplamente aceita apresentado por Albagli (1998):

Também cada vez mais a diversidade cultural humana - incluindo a diversidade de línguas, crenças e religiões, práticas de manejo de solo, expressões artísticas, tipos de alimentação e diversos outros atributos humanos - é interpretada como sendo um componente significativo da biodiversidade, considerando as recíprocas influências

entre o ambiente e as culturas humanas. Desse modo, o conceito de biodiversidade vem sendo ampliado para o de sociobiodiversidade (ALBAGLI, 1998, p.63).

A dimensão apresentada por Albagli (1998) pode ser facilmente transposta à avaliação do Cerrado e para aqueles que concebem o bioma, ou conjunto de biomas, enquanto lugar de moradia, de reprodução de sua cultura, de sua vida. Mas, como já direcionado, acreditamos que trabalhar com o termo socioambiental já oferece abrangência necessária à pesquisa. Avançando na discussão, nosso propósito final é de apresentar um novo paradigma – Resistência Socioambiental.

## **RESISTÊNCIA SOCIOAMBIENTAL: OS CAMPONESES E A POSSIBILIDADE DE CONSERVAÇÃO DO CERRADO GOIANO**

O desafio que apresentamos nesse último tópico é o de atribuir uma nova valorização dos camponeses. Sua forma de trabalho e de lida com a terra, inseridos no lugar que escolheram como moradia, tem um significado essencial de resistência. Mas, como já foi assinalado, não expressa todo o conteúdo dessa relação.

A construção do conceito de Resistência Sociambiental precisa, antes de tudo, de uma sustentação teórica na Ciência Geográfica. Ela não é inventada, é uma construção a partir da leitura e interpretações de cada termo em separado: resistência e socioambiental, sendo que para esse último é necessário considerar a união e/ou junção do prefixo sócio ao ambiental, criticado, mas aceito na concepção de Souza (2019a).

Na Geografia pleiteamos que a Resistência Socioambiental esteja inserida nas discussões da Geografia Ambiental e na Ecologia Política. As fitofisionomias que formam o Cerrado estão em geral ocupados, não existe uma paisagem natural/intacta. É neste contexto, de convivência – camponês e Cerrado que se aproxima a discussão de resistência socioambiental.

A Geografia Ambiental, com ou sem hífen é relativamente recente no país, e sua orientação metodológica e teórica é praticada por poucos autores, conforme assinala Souza (2019a). Para inserir no debate a representação dos camponeses, seu lugar de moradia no contexto do debate da Geografia Ambiental, recorremos ao Geógrafo Orlando Valverde.

(...) Onde o terreno é excessivamente inclinado, a região é desabitada; onde os declives são fortes e as estradas ruins, há roças de subsistência; onde há boas estradas na vizinhança e acesso a mercado, mas as terras são ocupadas por latifúndios, há grandes bananais cultivados por meeiros. (VALVERDE, 1964. p. 24)

Nesta exposição o Professor Orlando Valverde faz uma reflexão sobre as divisões da Geografia Agrária proposta pelo Prof. Leo Waibel, sendo elas: Geografia Agrária Estatística, Geografia Agrária Ecológica e Geografia Agrária Fisionômica. Nesta, específica, a referência é a segunda divisão. O estudo tem como referência o atual estado do Rio de Janeiro, mas não difere de algumas condições de organização do território no Cerrado nos dias atuais – nos chapadões domina a agricultura para exportação – soja, milho plantados em extensos vazios humanos. Na áreas de relevo menos propício às máquinas de plantar e colher residem as famílias que trabalham na terra para o seu sustento.

Buscar localizar e enquadrar a relação do camponês e o lugar de moradia é o primeiro passo para desenvolver o raciocínio ao que estamos chamando de Resistência Socioambiental

Citar o Prof. Orlando Valverde é, também, vincularmos à preocupação de uma parcela da Geografia brasileira com a discussão de unidade, sem se perder em uma infinidade de áreas que distanciam a Geografia de seu objeto de estudo fundamental, conforme expõe Souza (2019a).

Voltamos aos camponeses. Nos assentamentos da Reforma Agrária aqueles que ainda não se submeteram à força da economia agrária exportadora de grãos – arrendando terras e plantando com base nas diretrizes do agronegócio, produzem uma resistência pautada por temas como agroecologia, produção de alimentos, recuperação de áreas degradadas, permanência da família no campo.

Realizar pesquisa em assentamentos e/ou comunidades rurais que se caracterizam por manter relações com o seu lugar de moradia, preservando costumes, produzindo alimentos para o seu sustento e, de alguma forma, tentando conservar aquilo que é fundamental para a continuidade da vida (neste lugar), o ambiente, pode traçar caminhos e respostas que os trabalhadores têm buscado. Registra-se que os assentamentos de reforma agrária sofrem a pressão da disputa do território com

os agentes econômicos que o entendem apenas como reserva para exploração, capaz de suprir a geração de energia elétrica, a mineração e uso insustentável da água (THOMAZ JUNIOR, 2010). Muitas vezes os próprios camponeses são inseridos neste processo – para alguns denomina-se agronegócio em referência a produção de commodities em pequenas parcelas de assentamentos de reforma agrária no Cerrado Goiano.

Em visita aos assentamentos do Vale do Rio Caiapó, Município de Caiapônia/GO, ouvimos o seguinte diálogo entre os assentados:

*“Os fazendeiros lá de cima vão desmatar e começar a plantar soja, querem tirar tudo, aquele monte de Pequi será cortado. As Araras que só aumentam, ano a ano, terão menos Pequi para comer e virão para o nosso lado. Não vai sobrar Pequi para nós”. Entrando na conversa, perguntamos sobre a relação deles (camponeses) com as Araras, responderam: “elas sempre chegam primeiro, não tem o que fazer. Tem ano que a gente não come Pequi, pois a produção é pequena e só tem para elas”<sup>10</sup>.*

Essa porção de Vale do Rio Caiapó é marcada por áreas bem preservadas, com “ilhas” de vegetação do Cerrado pouco alteradas, aliada a muitas áreas de pastagens degradadas. O solo é bastante arenoso (menos de 20% de argila), contribuindo tanto para a degradação das pastagens, como para preservação do Cerrado, ou seja, paisagens de baixo interesse para a produção de commodities agrícolas – mas isso está mudando. As fazendas que deram origem aos 6 (seis) assentamentos instalados na localidade tem em comum a condição de extensas áreas de pastagens degradadas.

As figuras 2 e 3 captam essas duas dimensões, a areia carreada para estradas a partir dos processos erosivos nas pastagens e, ao fundo, novas áreas sendo abertas e preparadas para o cultivo de soja (figura 2). A figura 3 mostra a paisagem preservadas de Mata Seca e Cerrado sensu stricto ao fundo e em primeiro plano a terra sendo preparada para o cultivo da soja (1º plantio).

Figura 2 – Município de Caiapônia – GO - estrada vicinal no vale do Rio Caiapó – 2020



Fonte: SPECIAN (2020).

<sup>10</sup> Participamos desse diálogo (setembro/2020) com assentados do PA Morrinhos II – região do Córrego Boa Vista, vale do Rio Caiapó, Município de Caiapônia/GO. Em 2020 com o a cotação da moeda americana em alta pode ocorrer um aumento da área de soja plantada na região e no Brasil. A região em questão não parece ser a mais propícia para esse tipo de cultura, pois os solos são bastantes arenosos. Mas isso não impede que novas áreas sejam incorporadas a produção de soja.

Figura 3 – Vale do Rio Caiapó, Município de Caiapônia – GO - incorporação de novas áreas de plantio de soja e remanescentes de Cerrado, 2020.



Fonte: SPECIAN ( 2020).

Retornando ao diálogo estabelecido pelos camponeses (sobre a relação pequi, araras e inserção de novas áreas de plantio de soja) é fato que existe uma preocupação com a conservação. O Pequi não apenas é apreciado pelos camponeses, mas como pelos goianos em geral. A extração e venda do fruto do Pequi proporciona uma boa renda aos camponeses. Quem planta soja não quer Pé de Pequi no meio da lavoura, os camponeses querem Pequi para comer e vender.

Os diferentes sentidos do uso da terra compreende bem o que Souza (2019) destaca como alguns desafios da Geografia Ambiental, ou seja, uma tentativa de abarcar a dimensão dessa teoria no contexto da discussão geográfica:

- 1) promover uma compreensão ampla do que seja o “ambiente”, não o limitando à “natureza primeira” e nem reduzindo a sociedade a um abstrato “fator antrópico”; 2) reatualizar o projeto epistemológico geográfico de um “diálogo de saberes” sem resvalar para o empirismo que caracterizou o discurso geográfico clássico, e entendendo a Geografia Ambiental antes como um enfoque que como um “novo ramo” da Geografia; 3) fomentar uma maior aproximação da Geografia com o campo interdisciplinar da Ecologia Política; 4) **valorizar, para além da interlocução com outras disciplinas (e com a Filosofia), também o diálogo entre saber científico e saberes vernaculares ou populares.** (SOUZA, 2019a, p.14, grifo nosso).

A atenção ao quarto desafio é para destacar a importância de ouvir os camponeses como sujeitos importantes na discussão e dimensão daquilo que interpretamos por Resistência Socioambiental. Ao olhar os camponeses que vivem na terra e dela tiram seu sustento e, ainda, tentam conservar o ambiente como condição *sine qua non* para continuar resistindo, aparece nítida a resistência socioambiental. Esses camponeses estão inseridos em um território e vivem os seus conflitos

Utilizando das argumentações propostas pelo Prof. Marcelo Lopes de Souza em um outro artigo (SOUZA, 2018) alocamos nossa orientação teórica da Resistência Socioambiental:

Mesmo quando inscrita no âmbito acadêmico como campo de pesquisa e ensino universitários, a Ecologia Política é um saber que, tipicamente, ambiciona promover um encontro (no sentido forte do inglês *encounter*) entre o saber acadêmico (seja o científico, seja o filosófico ou ensaístico) e os “saberes populares”/“saberes vernáculos” extraídos do mundo cotidiano dos agentes sociais e frequentemente derivado de experiências de **resistência e conflito.** (SOUZA, 2018, p. 301, grifo nosso)

As experiências cotidianas dos camponeses, em nosso caso de estudo, e suas ações oriundas das experiências de resistência e conflito são importantes. Esse reconhecimento nos leva a pensar no conceito, mas sobretudo, marca nosso território do saber, nossa orientação teórica e metodológica.

Apresentamos outro exemplo da relação do camponês e o seu desafio de permanecer na terra, produzindo e preservando-o. Algo que o agronegócio não pode absorver. Faremos isso com o apoio de outras duas figuras (4 e 5). A figura 4 apresenta um giral rústico<sup>11</sup> montado no terreiro, coberto com palhas e sacos vazios com torrões de polvilho que repousam ao ar livre com objetivo de secar. Na figura 5 as mãos trabalham para destorroar o polvilho.

Figura 4 – Assentamento Padre Nilo – Iporá/GO - fase final de preparação do polvilho, 2019



Fonte: SPECIAN (2019).

A figura 4, assim como a 5, foram feitas em uma parcela do Assentamento Padre Nilo, instalado na divisa dos Municípios de Iporá e Amorinópolis/GO. Em especial, essa parcela encontra-se no município de Iporá. O polvilho doce ou azedo<sup>12</sup>, pode ser guardado por bastante tempo, é garantia de alimento. Antes de extrair o polvilho é importante dizer que a mandioca, assim como o milho, tem muita importância para o camponês – ela, in natura, alimenta os membros da família e o “bicho”, que mais tarde alimenta as pessoas. É base alimentar para quem está no campo. A roça de mandioca é plantada em todo o tipo de solo e não precisa de uma grande área para encher a dispensa com farinha e polvilho e, ainda, contribui, junto com o milho, com a engorda do capado<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> “Giral” – no Nordeste do Brasil o giral é conhecido como área de serviço. Mas o mais comum é a referência de uma base de madeira (pau roliço) para armazenar e/ou manusear alimentos. Usando para a secagem do polvilho (foto 4), para bater arroz, feijão e outras atividades diárias do camponês.

<sup>12</sup> O tempo e preparo determina o tipo de polvilho. Além do polvilho, existem as sobras, como a pulba que é utilizada para fazer bolo.

<sup>13</sup> “Capado” – Porco castrado, condição para a engorda do animal. O porco fornece carne e, principalmente, gordura – usada para conservar a carne frita (onde não existe energia/freezer para refrigerar. É garantia de proteína para os camponeses.

Figura 5 – Assentamento Padre Nilo – Iporá/GO - mãos ágeis que destorroam e peneiram o polvilho, 2019



Fonte: SPECIAN (2019).

O destaque para o trabalho manual é para marcar a condição de um tempo lento. O trabalho pede o uso da sombra da árvore, esse que prepara com zelo o polvilho em que uma parte guardada e a outra vendida e/ou trocada. É renda, é garantia de alimento, é a conservação da cultura da troca. Mas para chegar ao polvilho é necessária a Terra para plantar, água para fazer crescer a mandioca e para lavar o polvilho. Preservar as fontes de água para o camponês é essencial. É nesse quadro que se insere o que marcamos como uma Resistência Sociambiental.

No momento da reflexão da pesquisa entramos em regime de restrição provocado por uma pandemia<sup>14</sup>. Uma das questões discutidas nesse momento de adoecimento global é a necessidade do avanço da política de reforma agrária e a produção de alimentos mais saudáveis. No Município de Caiapônia/GO existem 12 Projetos de Assentamentos para a Reforma Agrária (PA) que atendem, juntos, 555 famílias (INCRA, 2020). São quinhentas e cinquenta e cinco (555) famílias que abraçam e agradecem a terra onde vivem e que o oposto seria, provavelmente, mais 555 famílias vivendo nas periferias das cidades da região. Apoiar essas famílias é apoiar a vida, a dignidade humana. A permanência na terra tem uma relação de “indentidade e sociabilidade rural que configuram, formamente, a integração, a unidade e a existência social” (SOUZA e HESPANHOL, 2010, p. 168 e 169)

O termo resistência, discutido anteriormente e apontado como incapaz de acolher toda a relação que o camponês tem com terra é expresso nos dizeres de Strauch (2020).

O presente texto parte do princípio de que existe uma importância decisiva do campesinato no mundo atual, devido à enorme relevância de sua contribuição para a soberania e a segurança alimentar, para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, para a conservação da biodiversidade, e para a construção e manutenção de uma memória biocultural. (STRAUCH, 2020, p. 206).

Os camponeses que estudamos são, via de regra, assentados em fazendas “abandonadas” – os antigos “proprietários” após anos de degradação “vendem” por um bom preço suas terras para o INCRA, são essas áreas degradadas que serão divididas em parcelas para assentar famílias.

A permanência na terra, muitas vezes sem disponibilidade do básico – como acesso a água, é um movimento de resistência. A manutenção da parcela, a recuperação de nascentes, o controle de

<sup>14</sup> Pandemia provocado pelo Corona Virus – Covid 19 que apareceu inicialmente na China na cidade de Wurrán em dezembro de 2019, mas apenas relatado para as autoridades mundiais em 16 de janeiro de 2020 e rapidamente se espalhou para vários países do mundo.

erosões, a necessidade de plantar para o sustento da família, a diversidade da produção e a proteção das reservas (essas sim fiscalizadas) é na realidade um ato de resistência, de identificação com o lugar – um ato de Resistência Socioambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa histórica sobre a condição camponesa retrata um contínuo processo de resistência, mas sob uma égide de que embora se defendendo, essa classe social e seu serviço prestado é pouco reconhecido pela sociedade. Renovar os conceitos, apresentando novas perspectivas aos camponeses é trabalho da academia, enquanto resposta ao próprio uso da condição camponesa em diversas pesquisas acadêmicas – a questão agrária é farta fonte de pesquisa para a Geografia.

O questionamento sobre os modos de vida da sociedade, impulsionados pela nova pandemia que assola o planeta, eliminando milhares de vidas, parece ser um bom momento, dada a sensibilidade de parte da sociedade, de apresentar o trabalho dos camponeses enquanto produtores de alimentos saudáveis e, sob certa medida, capazes de “defender” o ambiente. O camponês não pode, não consegue viver em terras arrasadas. Ele precisa não só cuidar, mas recuperar o passivo ambiental deixado pelo latifúndio predatório.

Reconhecer os trabalhos dos camponeses e debater os ganhos da reforma agrária na fixação das pessoas no campo, na produção de alimentos e não commodities, na diminuição da fome do Brasil e do mundo, são temas importantes que nos direcionam para pensar novos conceitos. A resistência socioambiental é um conceito que traz para o debate essas questões. O conceito permite direcionar as discussões para além das páginas de conflitos – que existem e continuarão a existir; é possível pensar a qualidade de vida a partir de um movimento contrário – de fixação de pessoas no campo, de esvaziamento das periferias urbanas e retorno desses camponeses expropriados à terra. Pode significar a diminuição da violência, da fome, das desigualdades sociais – essa é força que pode ser pensada para a Resistência Socioambiental.

Mas não sejamos ingênuos em imaginar que isso acontecerá de forma natural. A resistência continuará no centro das discussões, os embates continuarão sendo necessários para questionar o campo e os atores dominantes do agronegócio, do agro pop. Mas, o caminho para o planeta parece ser aquele que deixa de separar a sociedade da natureza. A Geografia Ambiental, a superação do mito da natureza intocada e a valorização daqueles que buscam harmonizar a vida para além da cultura do consumo, são caminhos possíveis.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, Diocese de São Luís do Montes Goiás na pessoa do Agente Liberado Lindomar Neres da Silva, a Universidade Estadual de Goiás pela cessão de veículo para atividade de campo e aos assentados do PA Padre Nilo, PA Padre Ilgo, PA Morrinhos II e PA Querência.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998. Disponível em: <[https://www.academia.edu/35126461/Geopol%C3%ADtica\\_da\\_Biodiversidade](https://www.academia.edu/35126461/Geopol%C3%ADtica_da_Biodiversidade)>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BENAVIDES, Juanita C. Entre lo global y lo local: las Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social-Zidres en Colombia. **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 23, n. 53, pp. 66-89, 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6702>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

CASALDALIGA, Pedro. **Antologia retirante**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CAVALCANTE, Leandro V. A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará. **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 23, n. 53, pp. 22-46, 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6016>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

CLEMENTE, Evandro C.; CLEPS JUNIOR, João. Considerações acerca da expansão geográfica do capital e a luta pela terra na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás. **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 23, n. 53, pp. 288-314, 2020. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6582>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

COLLA, Julia L. “Del otro lado del alambrado”: conflictos territoriales y lucha por la tierra de los campesinos indígenas Qom en el Chaco argentino. **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 23, n. 53, pp. 166 - 192, 2020. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6760>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

FOLLMANN, Jéssica Ap. de Avila; ROSS, Djoni. O processo contraditório de reprodução socioterritorial da juventude camponesa no interior dos territórios de luta pela Reforma Agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR. **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 23, n. 53, pp. 216-237, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6653>. Acesso em: 23 abr. 2020.

GONÇALVES, Ricardo J.de A. Fernandes. Narrativas da terra”: a questão agrária em Goiás na literatura de Bernardo Élis. **REVELLI**, Dossiê Estudos de Linguagem e Interculturalidade, Inhumas/GO, vol. 10, n. 02, pp. 339-357, 2018. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/7866>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

LIMA, Amanda S.; SOUZA, Francilane E. de. Pré-assentamento Dom Tomás Balduino na reafirmação e recriação da identidade territorial camponesa. **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 23, n. 53, pp. 315 – 343, 2020. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6512>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

MARQUES, Marta Inez M. A atualidade do Uso do Conceito de Camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 11, n. 12, pp. 57 – 67, 2008. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1442>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MENDONÇA, Francisco. Geografia Socioambiental. **Terra Livre**. São Paulo n. 16 p. 139-158, 2001. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/%20terralivre/article/viewFile/352/334>>. Acesso em 15 jun. 2020.

MENDONÇA, Marcelo R.; MESQUITA, Helena. A. O agrohidronegócio no cerrado goiano: a construção das (re)existências. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO CIENCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 1; ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2. **Anais...** Salvador, 2007.

ORIGUÉLA, CAMILA F.; COCA, Estevan L. de Freitas ; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo M. Tendências dos Estudos Sobre Questão Agrária a partir das publicações da Revista NERA. **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 22, n. 50, pp. 08 -20, 2019. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6817>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, Edson B. da. **Cercados e a Contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015)**. Tese de doutorado defendida em 2018. Disponível em <<https://posgeo.iesa.ufg.br/ppgeo/index.php/publicacoes/banco-de-teses-do-ppgeo/send/67-2018/508-edson-batista-da-silva>> Acesso em: 13 mar. 2020.

SILVA, Edson B. Da educação do campo à educação geográfica: concepções e experiências de ensinar e aprender na escola família agrícola de Goiás-2019. **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 23, n. 53, pp. 335 - 360, 2020. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7050>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SIMON, Carolina R. O protagonismo das mulheres na Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI) e a emergência de uma nova concepção de feminismo na Via Campesina. **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 23, n. 53, pp. 193-215, 2020. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6730>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

SOUZA, Marcelo L. de. Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, vol. 22, n. 2, pp. 274 – 308, 2018. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/147381> >. Acesso em 15 jun. 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2018.147381>

- SOUZA, Marcelo L. de. O que é Geografia Ambiental. **Ambientes**: Revista de Geografia e Ecologia Política. Francisco Beltrão/PR, vol. 1, nº 1, pp. 14 – 37, 2019a. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22684/14249>>. Acesso em 10 jun. 2020. <https://doi.org/10.48075/amb.v1i1.22684>
- SOUZA, Marcelo L. de. **Ambientes e Territórios**: uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2019b.
- SOUZA, Paulo C. de; HESPANHOL, Antonio N. Bairros Rurais e Resistência: a formação das comunidades rurais no Oeste Paulista. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, Uberlândia. Vol. 05, n. 10, pp. 168 – 193, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11956>>. Acesso em: 12 set. 2020.
- STRAUCH, Guilherme F. E. A territorialização do capital e as estratégias de resistência camponesa em Paraty/RJ. **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 23, n. 51, pp. 205 - 230, 2020. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6023>>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no centro das disputas Territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, Uberlândia. Vol. 05, n. 10, pp. 92 – 122, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/638>>. Acesso em: 12 set. 2020.
- THOMAZ JUNIOR, Antonio. Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza. Vol. 16, e.16020, pp. 1 – 20, 2017. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/2082>> . Acesso em: 18 out. 2020. <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16020>
- VALVERDE, Orlando. **Geografia Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.
- VARGAS NETTO, Sebastião L. F. **A Mística da Resistência: cultura, história e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos**. São Paulo. 2007. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2007. Disponível em: < <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-112052/pt-br.php>>. Acesso em: 12 ago. 2020.
- XAVIER, Leonardo P.; MAYER, Paulo H.; ANDRIOLI, Antônio I. O Materialismo Histórico Dialético e a Pesquisa-Ação na Construção do Conhecimento em Agroecologia. **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol. 23, n. 53, pp. 238 - 262, 2020. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6684>>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- ZINET, Caio. Nos últimos 11 anos, 277 escolas rurais foram fechadas por mês no Brasil. **Centro de Referências em Educação Integral**. Disponível em: < <http://educacaointegral.org.br/noticias/nos-ultimos-11-anos-277-escolas-rurais-foram-fechadas-por-mes-brasil/>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

---

Recebido em: 20/09/2020

Aceito para publicação em: 19/11/2020